

Criada a comissão da dívida externa

por Cláudia Safatle
de Brasília

O presidente da República, José Sarney, assinou decreto, ontem, criando a comissão de assessoramento para negociação da dívida externa brasileira, subordinada ao Ministério da Fazenda e que terá à frente um embaixador extraordinário para assuntos da dívida externa — um dos nomes sugeridos é do ex-chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro —, além de mais oito membros do governo, incluindo desde o subchefe de assuntos econômicos da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional, até representantes do Ministério das Relações Exteriores e do Banco do Brasil e o presidente do Banco Central.

Essa comissão, presidida pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, será a responsável pela renegociação da dívida externa do País com um novo fórum, que Funaro espera conseguir criar, após as discussões que começará a manter hoje, em Washington, com autoridades financeiras oficiais dos países desenvolvidos e presidentes dos principais bancos credores do Brasil.

"Um dos assuntos que

vou tratar nessa viagem é a criação de um outro fórum para discutir o problema da dívida brasileira, com maior envolvimento dos governos", enfatizou o ministro da Fazenda, que chega hoje pela manhã aos Estados Unidos, onde permanecerá até a próxima sexta-feira. Amanhã ele deve participar da reunião do comitê interino do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Pouco antes de embarcar para os Estados Unidos, Funaro comentou que dos contatos que manterá nesses dias ele não espera "respostas definitivas" para a proposta brasileira de renegociação da dívida externa. "Será mais um passo, será um avanço, mas uma semana é muito pouco para produzir dados concretos de uma renegocia-

ção do porte da que queremos realizar", disse o ministro da Fazenda.

Ontem, durante audiência que o presidente Sarney concedeu ao presidente da Manufacturers Hanover Trust Company, John F. McGillicuddy, Funaro esteve presente e disse que a proposta de um fórum de alto nível, com presidentes dos maiores bancos credores, das agências multilaterais de crédito e dos governos dos países desenvolvidos, foi bem recebida pelo banqueiro. O comitê de assessoramento da dívida externa, presidido pelo representante do Citibank, William Rhodes, permaneceria, mas como uma etapa posterior de detalhamento técnico.

Além de embarcar para uma nova conversa com os credores munido de apoio do PMDB e de empresários e tendo assumido a presidência dessa comissão criada ontem, Funaro leva ainda na sua bagagem 220 cópias do plano de financiamento para a economia brasileira nos próximos cinco anos e o programa de ajustamento econômico, produzido pelo Banco Central, que detalha as principais

Com esta
edição circula
o Relatório

Canadá

(Continua na página 28)

Criada a comissão da dívida...

por Cláudia Safatle

de Brasília

(Continuação da 1ª página)
projeções sobre balanço de pagamentos e dívida externa, reservas cambiais, exportações e importações para este ano.

Pelos dados projetados no BC, as exportações brasileiras atingirão neste ano US\$ 22,4 bilhões e as importações, US\$ 14,4 bilhões, resultando num superávit comercial de US\$ 8 bilhões, que começará a se revitalizar nos próximos meses.

A expectativa que Funaro leva aos credores é de um saldo comercial com o seguinte desempenho: US\$ 383 milhões no mês de março último, US\$ 621 milhões neste mês de abril, US\$ 659 milhões em maio, US\$ 677 milhões em junho, US\$ 798 milhões em julho, subindo para US\$ 927 milhões em agosto. A partir desse pico, o superávit comercial começa a declinar para US\$ 880 milhões em setembro, US\$ 779 milhões em outubro, US\$ 849 milhões em novembro e sobe para US\$ 1,04 bilhão em dezembro.

A conta de serviços é deficitária em US\$ 12 bilhões, sendo US\$ 9 bilhões de juros da dívida externa, embora praticamente metade dessa cifra esteja sob suspensão de pagamento. O déficit em conta corrente, portanto, sobe de US\$ 2,8 bilhões em 1986 para US\$ 3,9 bilhões neste ano. Como o ingresso de capitais previsto é de US\$ 4,64 bilhões, o déficit em transações cor-

rentes ficaria coberto e o resultado do balanço de pagamento, ao final do ano, seria superavitário em US\$ 746 milhões.

Dos organismos internacionais, o governo brasileiro planeja receber créditos líquidos (excluídas as amortizações ao longo do ano) de US\$ 1,63 bilhão, sendo US\$ 1,25 bilhão líquidos do Banco Mundial e US\$ 342 milhões do BID, US\$ 33 milhões da International Finance Corporation (CIF).

No total, contabilizando as amortizações que devem ser pagas a esses organismos, o desembolso neste ano seria de US\$ 2,63 bilhões. Entre esses créditos, os das agências oficiais e "suppliers and buyers credits" (créditos de fornecedores), o País deverá receber, nas contas do BC, US\$ 4,47 bilhões, sendo US\$ 1,19 bilhão de agências governamentais (Eximbanks) e mais US\$ 648 milhões de créditos de fornecedores e compradores.

A conta de investimentos diretos (líquidos), o BC estima US\$ 350 milhões neste ano, uma cifra ambiciosa, se considerado que no ano passado houve um desinvestimento estrangeiro.

Olhando as contas externas sobre o prisma de fontes de recursos, o País necessitará neste ano de US\$ 19,05 bilhões para fechar suas contas externas, sendo que US\$ 14,3 bilhões representam as amortizações da dívida, em sua

grande parte refinanciada naturalmente. Desse total, o País disporia, em fontes de recursos, de US\$ 14,71 bilhões, resultando, assim, de um hiato de recursos do balanço de pagamentos equivalente a US\$ 4,34 bilhões — necessidade de recursos novos.

Nesse contexto de necessidade de recursos novos, o ministro da Fazenda pretende discutir com os credores internacionais fórmulas novas seja de emissão de títulos da dívida, se-

ja conversão de dívida em investimentos de risco ou algum outro mecanismo, como a capitalização dos juros.

As reservas cambiais, nas projeções do BC, teriam um aumento de US\$ 746 milhões, no conceito de balanço de pagamentos, ou uma recuperação de US\$ 40 milhões, passando de US\$ 6,76 bilhões em 1986 para US\$ 6,8 bilhões neste ano, na posição de liquidez internacional. O estoque da dívida externa, ao final

deste ano, subiria para US\$ 113,5 bilhões, com um aumento de US\$ 2,9 bilhões em relação ao estoque registrado ao final de 1986.

Desse total, US\$ 105,5 bilhões corresponderiam à dívida registrada e o restante, à dívida não registrada, sendo que os bancos estrangeiros arcam com US\$ 68,37 bilhões; os bancos brasileiros no exterior, com US\$ 7,44 bilhões; e US\$ 37,74 bilhões de dívida com instituições não bancárias.